

O paradoxo da segurança privada no Brasil

Pandemia expôs as dificuldades do setor, que tem 500 mil profissionais fora do mercado. Boa parte poderia estar empregada se o novo Estatuto da Segurança Privada já tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional



Jeferson Furlan Nazário
21 de outubro de 2020

A pandemia de Covid-19 expôs diversas dificuldades em todo o mundo e também no Brasil. Nunca o termo essencial foi tão discutido e evidenciado. Serviços sobre os quais os brasileiros nunca tinham parado para pensar passaram a ser reconhecidos. É o caso da segurança privada, que desde o primeiro decreto do Governo Federal foi reconhecida como atividade essencial.

Mas o que é a Segurança Privada?

Segurança privada é a atividade voltada à vigilância, segurança e defesa do patrimônio ou segurança física de pessoas, de forma armada ou desarmada, sendo autorizada, controlada e fiscalizada pelo Ministério da Justiça, através da Polícia Federal. A segurança privada, que pode ser especializada ou orgânica é uma atividade complementar à atividade de segurança pública em termos de legislação específica.

Hoje a contratação de empresas de segurança privada tem que estar em conformidade com a Lei nº. 7.102/83, Decreto 89.056/83 e com as normas estabelecidas pelo Departamento de Polícia Federal, como a Portaria 3.233/2012-DG/DPF, garantindo assim, uma contratação legal, especializada e com qualidade nos serviços prestados.

Para ser um profissional da segurança privada, é necessário realizar o curso de formação de vigilante aprovado pelo DPF. Com 200 horas/aulas e validade de dois anos, os cursos conferem ao profissional as técnicas, habilidades e credenciais necessárias, habilitando-o ao exercício da profissão em todo o território nacional. Esses cursos foram afetados em virtude da pandemia, por decisão dos governos estaduais e municipais, que impuseram a suspensão das atividades acadêmicas.

Número de Trabalhadores

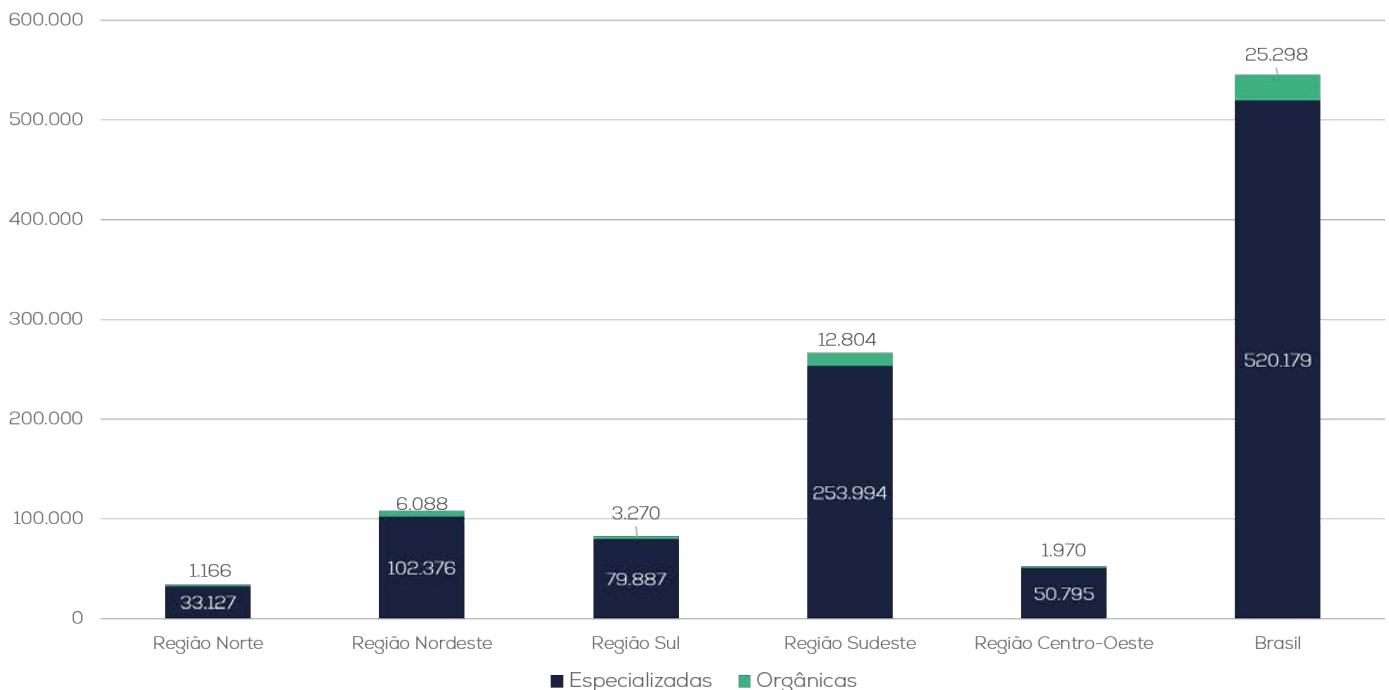
Para se ter uma ideia, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério da Economia (ME), analisados pelo Departamento de Estatística da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), revelam que, no primeiro semestre de 2020, houve um saldo negativo entre admitidos e desligados de 8.020 empregados. A diminuição do efetivo tornou-se uma constante entre 2015 e 2019, com uma redução de aproximadamente 72 mil postos de trabalho. Durante esses 5 anos, o setor precisou enxugar as equipes e diminuir as despesas.

Evolução do Saldo entre Admissões e Desligamentos - Total (Vigilância e Segurança Privada e Transporte de Valores) - Brasil - 2015-2020



De acordo com as análises dos dados da Polícia Federal (PF), em abril de 2020, o total de vigilantes no segmento de segurança privada, incluindo profissionais que atuam nas empresas orgânicas, chegou a 545.447.

Quantidade de vigilantes com vínculos ativos - Empresas especializadas e orgânicas, por região



Receita bruta e números

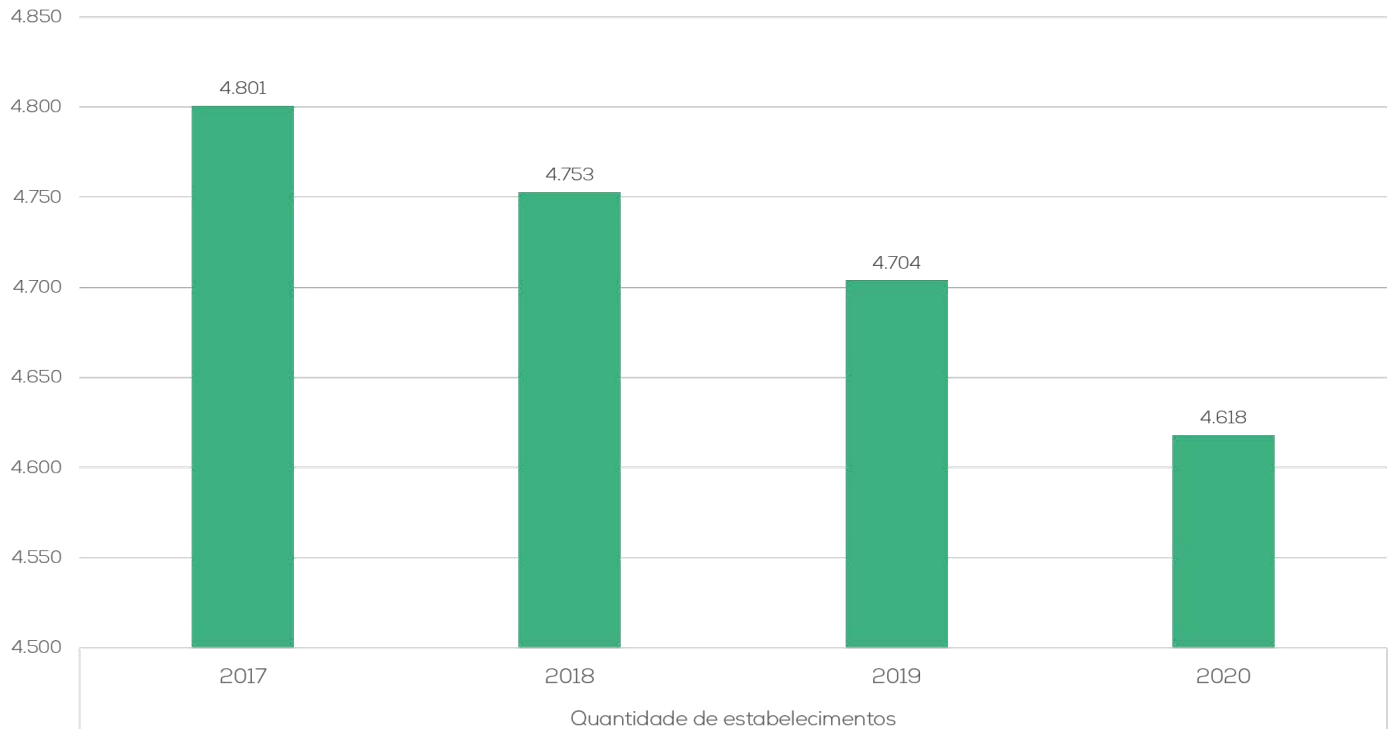
Outros dois indicadores: receita bruta e número de empresas evidenciam um outro paradoxo, que é o de que a segurança privada cresce apenas com o aumento da violência.

Isso é uma falácia, uma afirmação feita sem comprovação empírica. Segundo os dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, os delitos contra o patrimônio e contra a vida caíram entre 2017 e 2019 e, mesmo assim, a quantidade de vigilantes manteve certa estabilidade. Para se investir em segurança de qualidade e qualificada, é necessária uma economia forte. Em 2019, a receita bruta da segurança privada cresceu 1,87%, o que corresponde a um aumento de R\$ 678,7 milhões. Número bem próximo ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) registrado no ano passado de 1,1%. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e foram analisados pela Consultoria Econômica da Fenavist.

Outro indicador que confirma a relação direta entre segurança privada X economia é o quantitativo de empresas. Desde 2017, o número de autorizações de funcionamento está estável. No primeiro semestre de 2020 estavam autorizadas a funcionar pela Polícia Federal, como empresa especializada ou orgânica, 4.618 empresas.

De acordo com os dados analisados, registra-se uma pequena queda, em média -1%, em todas as autorizações concedidas pela PF nos últimos anos. Além disso, ao final do primeiro semestre de 2020, havia 2.388 empresas especializadas autorizadas a funcionar, 1.938 orgânicas e 292 cursos de formação de vigilantes.

Quantidade de estabelecimentos (Brasil - 2017-2020)



O futuro passa pelo Congresso Nacional

De acordo com a Associação Brasileira de Cursos de Formação de Vigilantes (ABCFAV), os dados ao final de 2019, revelam que há mais de um milhão de profissionais devidamente capacitados pelos cursos de formação e regularizados na Polícia Federal, ou seja, aptos a trabalhar. No entanto, mais de 500 mil estão fora do mercado por falta de vagas. Boa parte desses profissionais poderia estar empregada se o novo Estatuto da Segurança Privada já tivesse sido aprovado, em definitivo, pelo Congresso Nacional.

O Estatuto da Segurança Privada tramita na Câmara dos Deputados e no Senado há uma década. O texto reuniu dezenas de projetos de Lei que tramitavam no Congresso Nacional e que tratavam do tema. Aprovado em 2016, por unanimidade na Câmara dos Deputados, o projeto está em análise pelo Senado desde então, sem um desfecho final.

A demora na aprovação da nova lei tem causado muitas dificuldades para o setor, pois impede a recuperação dos milhares de postos de trabalho perdidos desde 2015 e a geração de novos empregos, com a abertura de todos os setores econômicos no pós-pandemia, e conseqüente retomada do crescimento econômico.

Outra inovação importante é a regulamentação do setor da segurança eletrônica, que hoje está à margem de uma legislação federal específica, o que permite empresas sem nenhum regramento explorem o mercado sem nenhum controle. A nova lei passa a considerar a segurança eletrônica atividade da segurança privada, autorizada e fiscalizada pela Polícia Federal.

A pandemia de Covid-19 desnudou a economia brasileira. Expôs de forma visceral como a maior parte das companhias sobrevivem na corda bamba, sem reservas financeiras, sem condições de enfrentar crises. Os indicadores analisados ao longo do texto não deixam dúvidas que o segmento de segurança privada passa por um momento de retração, iniciado há, pelo menos, cinco anos. Reflexo dos números acanhados e até negativos da economia brasileira.

Ao mesmo tempo, os indicadores evidenciam o potencial econômico e social da atividade, que infelizmente encontra-se represado. Assim, a ampliação da parceria entre as seguranças públicas e privadas, que há décadas trabalham de forma complementar, é fundamental para o bem estar da população. E isso passa, invariavelmente, pelo fortalecimento do segmento de segurança privada, o que só será possível, com a tomada de decisão política, que neste momento, encontra-se nas mãos do Congresso Nacional.

Jeferson Furlan Nazário

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/4bt4msbtoa>

